



XXXVIII ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

19 a 23 de novembro de 2022
Costão do Santinho - SC

REPERCUSSÕES FISCAIS DA "TESE DO SÉCULO": Juros Selic

realização

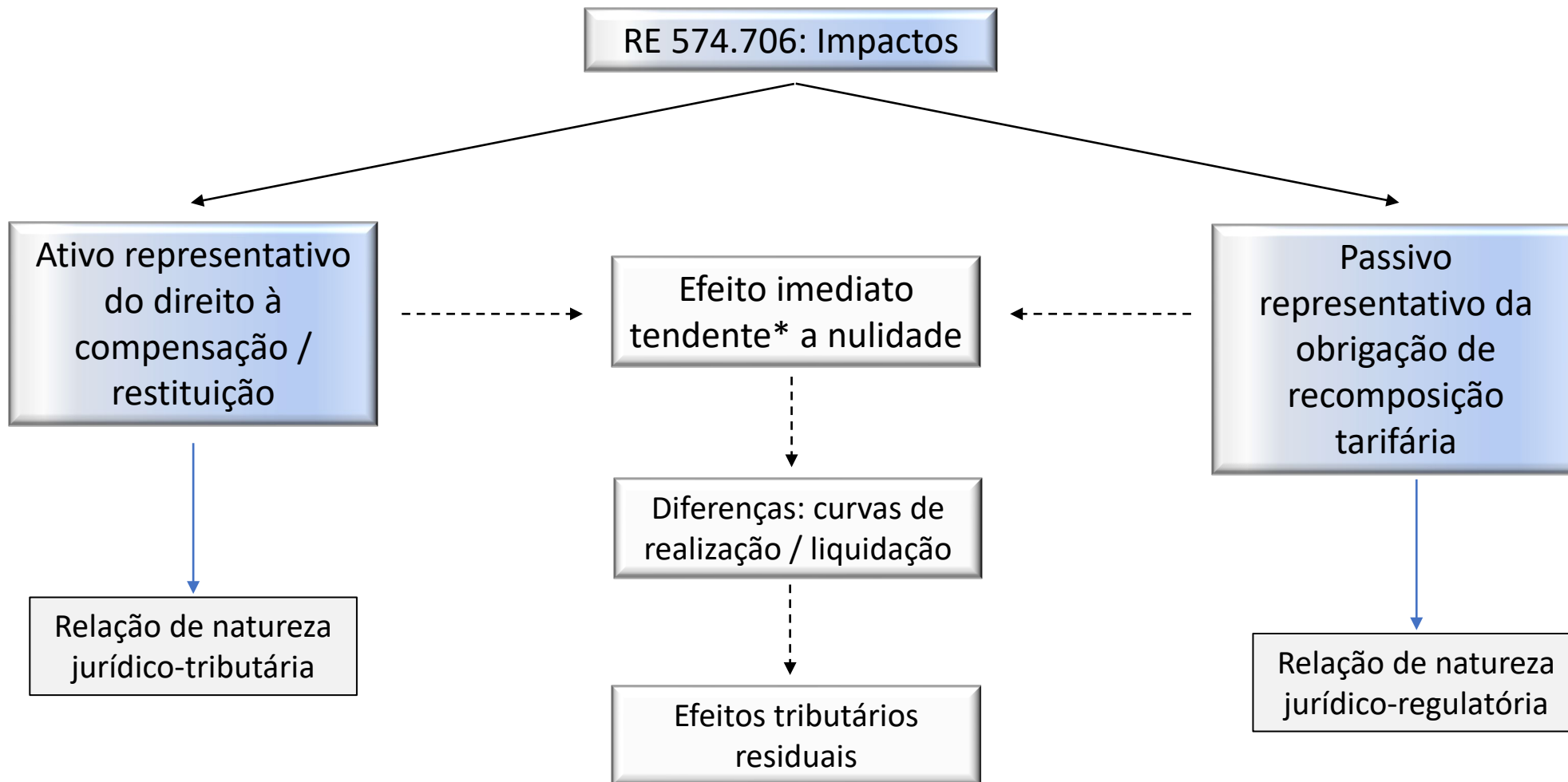


ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

- ❖ Julgamento do RE 574.706 (Tema 69): Não inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS.
- ❖ Nota técnica nº 9/2021– SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL
- ❖ Lei nº 14.385/22.
- ❖ Aplicação das disposições contidas no art. 9º, da Lei 8.987/97
- ❖ Julgamento do RE nº 1.063.187, com repercussão geral no Tema 962: **não incidência do IRPJ / CSLL sobre juros** de mora recebidos em repetição de indébito.

EFEITOS DO JULGAMENTO (STF TEMA 69)



- Neutralidade tributária da atualização dos indébitos (Tema 962):
Abordagem conferida ao evento
- Tratamento fiscal aplicável à contrapartida do passivo derivado da recomposição tarifária (dedutibilidade)

Tema 962/STF

“É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.”

✓ EDcl. da PGFN: Tese aplicável para casos de cobrança indevida – SELIC não possui função única de indenizar;

“Julgo, assim, ser o caso de se esclarecer que a decisão embargada se aplica apenas nas hipóteses em que há o acréscimo de juros moratórios mediante a taxa Selic em questão na repetição de indébito tributário (inclusive na realizada por meio de compensação), seja na esfera administrativa, seja na esfera judicial.” – Voto Dias Toffoli – Edcl. (destacou-se)

SOB A ÓTICA DO CONCEITO DE RENDA

- “A doutrina especializada e a jurisprudência da Corte (...) têm firme orientação de que a materialidade do tributo está relacionada à **existência de acréscimo patrimonial, aspecto ligado às ideias de renda e de proventos de qualquer natureza (...)**” – Voto Relator Dias Toffoli

(...) **se os valores recebidos a título de danos emergentes apenas recompõem o patrimônio desfalcado sem o incrementar, não há razão para incidir o tributo sobre eles.**

JUROS ENQUANTO NATUREZA INDENIZATÓRIA

✓ Conceito abrangente de indenização

➤ Natureza compensatória

➤ Lucros Cessantes

➤ Dano Emergente

❑ Argumentos da Fazenda: necessidade de ato ilícito do Fisco

¹ Código Civil, art. 402

² Posição firmada no âmbito do STJ

NATUREZA DA SELIC

- Função extra, além de compensar a mora
- Instrumento de controle monetário para neutralização dos efeitos inflacionários
- Destinado a recomposição da renda
 - ☐ Ponderação da fazenda pública: necessidade de caracterização de **Dano Emergente** (ato ilícito do fisco);
 - ☐ Nos demais casos, assume natureza de receita financeira
- Juros moratórios legais

Enquadramento Prático

- Hipóteses de repetição de indébito / compensação;
- Ressarcimento dos prejuízos sofridos
 - ☐ Efetiva compensação;
 - ☐ Habilitação enquanto mero instrumento de controle* (SC nº 183/21)
 - ☐ Momento da liquidação do precatório (Tema 96/STF)
- A recomposição patrimonial é insuscetível de redução pela tributação;

Enquadramento Prático

- ***“É necessário notar, ainda, que a causa que gera o direito aos juros de mora legais decorre de um ato ilícito imputado ao devedor (...).” – Voto Relator Dias Toffoli***
- ***“(...) as perdas e os danos a serem pagos ao lesado em razão do inadimplemento de um obrigação de pagar em dinheiro, de natureza indenizatória ou não, devem ser “[os] mais ampla[os] possível[eis], insuscetível[eis] de diminuição patrimonial pela incidência do imposto de renda sobre o valor dos juros de mora” (ROAG – 211000- 39.1985.5.17.0002, Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, red. do ac. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, DEJT de 4/9/09)” – Voto Relator Dias Toffoli***

Repercussão nas Contribuições Sociais sobre o Faturamento

- Fora do alcance o tema 962;
- Aplicáveis os mesmo argumentos
 - ☐ Natureza indenizatória dos juros
 - ☐ Dano emergente não concretiza ingresso novo.
- Posicionamento favorável no âmbito dos TRF's.

Tratamento fiscal aplicável à contrapartida do
passivo derivado da recomposição tarifária
(dedutibilidade)

Natureza Jurídica da Obrigação (principal e derivada)

- legal / contratual;
- ☐ Imposição regulatória pela devolução
- ☐ Necessidade de liquidar a obrigação
- ☐ Conceito diverso das provisões

Dedutibilidade

- Qualidades: necessidade / usualidade / normalidade
 - ☐ Art. 311, RIR/18 - Conformação
- Função **remuneratória** da SELIC
- Observância do regime de competência
 - ☐ Somente a fluência temporal concretiza a despesa com os juros
- Hipótese de não liquidação integral (?)
 - ☐ Evento superveniente
 - ☐ Recuperação de despesa
 - ☐ Possível discussão jurídica quanto à caracterização de “receita nova”

Dedutibilidade

- Destinação dos indébitos com observância da capacidade de compensação
- Hipótese de não liquidação integral (?)
 - ☐ Evento superveniente
 - ☐ Recuperação de despesa
 - ☐ Possível discussão jurídica quanto à caracterização de “receita nova”

Obrigado!